

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE**

**AQUISIÇÃO DE VIATURAS**

## **ÍNDICE**

### **SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- Cláusula 1.ª Identificação do concurso
- Cláusula 2.ª Entidade pública contratante
- Cláusula 3.ª Órgão que tomou a decisão de contratar
- Cláusula 4.ª Concorrentes
- Cláusula 5.ª Agrupamentos
- Cláusula 6.ª Critério de adjudicação

### **SECÇÃO II - PROPOSTAS**

- Cláusula 7.ª Apresentação das propostas
- Cláusula 8.ª Consulta e fornecimento das peças do procedimento
- Cláusula 9.ª Esclarecimentos e erros e omissões
- Cláusula 10.ª Documentos que constituem a proposta
- Cláusula 11.ª Propostas variantes
- Cláusula 12.ª Prazo de manutenção das propostas
- Cláusula 13.ª Esclarecimentos sobre as propostas

### **SECÇÃO III - ADJUDICAÇÃO**

- Cláusula 14.ª Notificação da decisão de adjudicação
- Cláusula 15.ª Documentos de habilitação
- Cláusula 16.ª Caução

### **SECÇÃO IV - CONTRATO**

- Cláusula 17.ª Aceitação da minuta do contrato
- Cláusula 18.ª Outorga do contrato

### **SECÇÃO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Cláusula 19.ª Encargos
- Cláusula 20.ª Legislação aplicável

## **Artigo 1º**

### **Identificação do Concurso**

O presente Concurso Público sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia, aberto ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), é constituído por 2 (dois) lotes, a seguir identificados, e visa a aquisição de 3 (três) viaturas de apoio operacional, a atribuir à Companhia de Bombeiros Sapadores de Santa Cruz, à Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Guarda Nacional Republicana (GNR), bem como a aquisição de 1 (uma) viatura de transporte de pessoal (TP) para a Companhia de Bombeiros Sapadores de Santa Cruz, com as características e condições indicadas no anexo IV junto ao presente Programa do Procedimento e nos termos e condições que constam no respetivo Caderno de Encargos:

- a) Lote 1: 3 viaturas de apoio operacional;
- b) Lote 2: 1 viatura de transporte de pessoal.

## **Cláusula 2ª**

### **Entidade pública contratante**

1. A entidade pública contratante é o Município de Santa Cruz, com sede à Praça Dr. João Abel de Freitas, 9100 – 157 Santa Cruz, com o endereço de correio eletrónico [geral@cm-santacruz.pt](mailto:geral@cm-santacruz.pt), com o nº de telefone 291 520 100 e nº de fax 291 523 979
2. A plataforma eletrónica utilizada por esta entidade é a Acingov, com o endereço eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

## **Artigo 3º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho de 13 de janeiro de 2025 do senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, Filipe Sousa, no uso das suas competências, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços, em articulação com o estabelecido no n.º 1, do artigo 36.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, 3 de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Concorrentes**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e que, quando legalmente exigido, cumpram as obrigações fiscais declarativas referidas no nº 2 do artigo 7º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas ou consórcio, revestindo este a modalidade de consórcio externo, conforme previsto no Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Critério de adjudicação**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, em que será avaliado o preço.
2. Em caso de empate dar-se-á preferência à proposta que apresente o menor prazo de entrega.
3. Caso, ainda assim, subsista a igualdade, proceder-se-á à realização de sorteio a decorrer nos seguintes termos:
  - a) O sorteio será presencial e realizar-se-á após o termo do prazo de audiência prévia ao relatório preliminar, na Câmara Municipal de Santa Cruz, com um ou mais elementos do Júri, em dia e hora a comunicar aos concorrentes;

- b)** Os concorrentes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes.
- c)** No sorteio serão utilizados dois dados, que serão lançados pelos representantes dos concorrentes, nos seguintes termos:
- O primeiro lançamento é feito pelo concorrente cuja proposta tenha sido apresentada em primeiro lugar e assim subsequentemente;
  - Cada representante fará um único lançamento;
  - O representante do concorrente que obtenha maior pontuação no lançamento, ficará classificado em primeiro lugar e assim subsequentemente;
  - Caso, na sequência do lançamento dos dados, os representantes dos concorrentes obtenham igual pontuação, voltam a fazer novo lançamento até que a situação de empate deixe de se verificar.
- d)** O(s) concorrente(s) que não possam comparecer ao sorteio podem solicitar a sua representação por uma testemunha a designar pelo Júri do procedimento, devendo, para o efeito, remeter à Camara Municipal de Santa Cruz uma declaração nesse sentido, até às 23h59 da véspera do dia do sorteio.
- e)** Os concorrentes que não compareçam nem queiram fazer-se representar nos termos da alínea precedente, ficarão posicionados nos seguintes termos:
- Tratando-se de empate entre duas propostas, em que compareça apenas um dos concorrentes, este ficará imediatamente posicionado em primeiro lugar, ficando o concorrente que não compareceu posicionado em segundo lugar;
  - Tratando-se de empate entre três ou mais propostas, em que compareçam apenas alguns dos concorrentes, estes ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a realizar de acordo com o estipulado nas alíneas c) e d) supra, sendo os concorrentes ausentes representados por testemunha(s) a designar pelo Júri do procedimento;
  - Caso não compareçam quaisquer concorrentes, os mesmos ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a decorrer de acordo com o estipulado nas alíneas c) e d) supra, a realizar pelos elementos do Júri.
- f)** Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

## **SECÇÃO II**

### **PROPOSTAS**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Apresentação de propostas**

1. As propostas e os documentos que as instruem devem ser diretamente apresentados, até às 23h59 do **6.º (sexto) dia a contar da data do envio do anúncio para o Diário da República**, na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), devendo ser respeitado o disposto no Código dos Contratos Públicos e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto anterior, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
  - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
  - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
3. A proposta e os documentos/ficheiros que lhes associarem devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma, nos termos dos artigos 54.º e 68º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

O Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e as informações sobre o presente concurso estão disponíveis na plataforma eletrónica indicada na cláusula anterior, para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Esclarecimentos e erros e omissões**

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri.
- b) Durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- c) No prazo referido no número 2, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
- d) Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e juntos às peças do procedimento.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Documentos que constituem a proposta**

- 1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2. O concorrente pode apresentar proposta para um ou mais lotes a concurso, devendo respeitar as quantidades e o preço base estipulados.
- 3. Junto com a proposta, o concorrente deve apresentar os seguintes elementos/documentos:
  - a) Certidão comercial/permanente ou indicação do código de acesso à mesma, bem como documento que comprove os poderes de representação do concorrente, por quem assina a proposta, quando tais poderes não possam ser aferidos através da certidão comercial;
  - b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do anexo I-M ao CCP, adaptada de acordo com o modelo constante do anexo I – M do DLR nº 34/2008/M, na sua redação atual, e conforme modelo anexo ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.
  - c) Documentos que contenham os **atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
    - i. Preço total em algarismos, e preferencialmente por extenso, mencionando que a este acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto;

- ii. Lista dos preços unitários, mencionando que a este acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
- 4. O concorrente deve apresentar/indicar ainda:
  - a) O prazo de entrega, que não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias a contar da receção da requisição, sob pena de exclusão da proposta (Na falta de indicação do prazo de entrega, será considerado o prazo máximo admitido);
  - a) Prazo de garantia, que não poderá ser inferior a 3 (três) anos, sob pena de exclusão da proposta.
  - b) Catálogos e/ou fichas técnicas onde constem de forma exaustiva as características técnicas dos artigos com que concorre, de modo a aferir o cumprimento das especificações exigidas (em português, inglês e/ou espanhol)<sup>1</sup>.
- 5. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
- 6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, sobre os indicados em algarismos.
- 7. A declaração referida na alínea b) do ponto 3, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 8. À exceção dos catálogos e/ou fichas técnicas, todos os documentos solicitados na presente cláusula devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

#### **Cláusula 11 <sup>a</sup>**

##### **Proposta variantes**

- 1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.
- 2. Não é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do caderno de encargos.

---

<sup>1</sup> Caso a ficha técnica ou catálogo contenha diversas versões ou configurações, é obrigatório que o concorrente assinala de forma clara e inequívoca as características específicas do produto ao qual se está efetivamente a vincular. Essa indicação deve ser feita diretamente na ficha técnica ou no catálogo, destacando as especificações exatas do modelo proposto.



### **Cláusula 12ª**

#### **Prazo de manutenção das propostas**

O concorrente obriga-se a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, nos termos do disposto no artigo 65º do CCP.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados em plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), sendo todos os concorrentes notificados desse facto.

## **SECÇÃO III**

### **ADJUDICAÇÃO**

### **Cláusula 14ª**

#### **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
  - a) a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto na cláusula que se segue;
  - b) b. Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito.
- c) As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas, sem prejuízo do disposto no artigo 147º do CCP, in fine.

### **Cláusula 15ª**

#### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II M ao código dos Contratos Públicos, adaptada de acordo com o modelo constante do anexo II – M do DLR nº 34/2008/M, na sua redação atual, conforme modelo anexo ao presente Programa do Procedimento e do qual faz parte integrante;
  - b) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do CCP;
  - c) Documentos exigidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual (**Apenas para entidades com rendimentos gerados no território da RAM**), no que respeita ao último exercício económico:
    - i. Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido, num dos quatro anos anteriores, a atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver o respetivo contrato);
    - ii. Declaração relativa a rendimentos e retenções de residentes (modelo nº 10 e DMR);
    - iii. Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES).
    - iv. Anexo R do IVA.

**Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas nas alíneas do número precedente, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, conforme anexo III junto ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.**

- d) Cópia da Certidão do Registo Comercial e de procuração, caso o contrato seja assinado por procurador, com indicação do respetivo n.º do cartão do cidadão ou bilhete de identidade, respetiva validade e o número fiscal de contribuinte.

- e) Apresentação de comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo a efetuar através de consulta eletrónica ou autorização para efetuar essa consulta (Cláusula 36ª do RJRCBE).
2. Caso os documentos apresentados ao abrigo dos pontos anteriores contenham irregularidades que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do Código dos Contratos Públicos, será concedido o prazo não superior a 3 (três) dias úteis para a supressão das mesmas.
  3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa e ser assinados pelas entidades que os emitem.
  4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
  5. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt).
  6. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### **Cláusula 16ª**

##### **Caução**

No presente procedimento não será exigível a prestação de caução.

#### **SECÇÃO IV**

##### **CONTRATO**

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Aceitação da minuta do contrato**

1. Quando o contrato seja reduzido a escrito, a respetiva minuta é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

**Cláusula 18.ª**

**Outorga do contrato**

O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

**SECÇÃO V**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 19.ª**

**Encargos**

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração da proposta no âmbito do presente concurso e do adjudicatário as relativas à celebração do contrato.

**Cláusula 20.ª**

**Legislação aplicável**

Em tudo o que se encontre omissa no presente Programa do Procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e na respetiva legislação complementar.

ANEXO I – M

**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

*a)* .....

*b)* .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II - M

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO III

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

\_\_\_\_\_ Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido, num dos quatro anos anteriores, a atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver o respetivo contrato) (3)

\_\_\_\_\_ Declaração relativa a rendimentos e retenções de residentes (modelo nº 10 e DMR) (3)

\_\_\_\_\_ .Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES) (3)

\_\_\_\_\_ .Anexo R do IVA. (3)

(assinalar com X as opções aplicáveis)

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP